



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

OFÍCIO Nº 54/2024

Brasília, 5 de abril de 2024.

**Excelentíssimo Senhor
Camilo Santana
Ministro da Educação**

Senhor Ministro,

A Diretoria Nacional da FASUBRA vem solicitar a Vossa Senhoria a inclusão na Mesa Setorial para tratarmos de demandas dos servidores Técnico-Administrativos em Educação das instituições federais de ensino (universidades e institutos federais) com os temas elencados abaixo.

Pauta:

- 1) Discutir alteração da IN nº 02/2018;
- 2) Discutir normativa exclusiva para os hospitais universitários conforme suas especificidades;
- 3) Discutir a normatização do artigo 76 da Lei nº 8.112/1990;
- 4) Discutir a normatização de justificativas e abonos de deslocamento de ida e volta dos servidores para perícias médicas fora de seu local/cidade de lotação e acompanhamento familiar;
- 5) Discutir a normatização do pagamento do auxílio transportes para os servidores lotados em cidade do interior que não têm a facilidade de transporte público como acontece nas capitais e cidade de grande porte;
- 6) Discutir Política de Saúde do Trabalhador - propor normativa própria para o serviço público, principalmente para as instituições federais de ensino que desenvolvem pesquisas e que não amparo dentro de uma legislação que é utilizada como subsidiária da iniciativa privada (CLT); discutir as Condições de Trabalho, qualidade de vida no e do



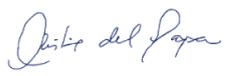
trabalho, retrocesso nas Normas Regulamentadoras (NR), adicionais, discutir a importância do PASS e do SIASS, entre outros;

- 7) Discutir e propor Política de Saúde Mental – Portaria nº 1.261/2010; perícias mais humanizadas; discutir a desestigmatização e despatologização do sofrimento mental;
- 8) Discutir e propor Política para a Comunidade LGBTQIAP+ - fazer mapeamento dos servidores que fazem desta Comunidade LGBTQIAP+ para proposição de política, principalmente de inclusão sem nenhum tipo de discriminação ou homofobia; Normatização do direito de licença adotante para casais homoafetivos, entre outros;
- 9) Discutir e propor Política de Inclusão, acolhimento e implantação de projetos de acessibilidade para os servidores Portadores com Deficiência (PcD).

Informamos que essa mesma pauta foi encaminhada ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI (anexo), que em resposta, orientaram-nos o direcionamento do pleito à Mesa Setorial do MEC para discussão e tratamento das demandas.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários e aguardamos retorno.

Atenciosamente


Cristina del Papa
Coordenação Geral


Ivanilda Oliveira Silva Reis
Coordenação Geral


Loiva Isabel M. Chansis
Coordenação Geral

FASUBRA Sindical